Quando a política entra no terreiro: entre a diferença, o pertencimento e a defesa da existência

Reflexões sobre a polarização política brasileira a partir da fenomenologia crítica e do pensamento contracolonial

Autora: Ayó Meireles Pamplona

(Psicóloga, Mestra em Educação:Psicologia da Educação – PUC/SP)

O terreiro nunca esteve fora da política. Antes mesmo que a palavra política adquirisse os sentidos que hoje circulam nos debates eleitorais, nossas comunidades já construíam formas de organização, proteção, resistência e sustentação da vida diante de uma sociedade que, historicamente, tentou negar sua existência. A continuidade das religiões de matriz africana no Brasil não pode ser compreendida sem considerar as estratégias desenvolvidas por homens e mulheres negras para preservar seus conhecimentos, reorganizar seus vínculos e produzir condições de existência em meio à escravização, à perseguição religiosa e às diferentes formas de violência que permaneceram depois da abolição. Há uma história de organização política inscrita na própria formação dos terreiros, ainda que nem sempre seja reconhecida como tal.

Tenho pensado sobre isso diante da maneira como a polarização política brasileira vem atravessando nossas relações comunitárias. Em um país onde as disputas eleitorais passaram a ocupar um lugar tão significativo nas conversas cotidianas, tornou-se cada vez mais difícil separar as preferências partidárias das relações afetivas, familiares e religiosas. Nos terreiros, essa situação apresenta particularidades, sobretudo porque nossas comunidades são constituídas por pessoas com histórias, condições materiais, experiências sociais e posições políticas diferentes. Compartilhar uma tradição religiosa não significa compartilhar uma mesma interpretação sobre os problemas do país, tampouco implica concordância sobre quais projetos políticos seriam mais adequados para enfrentá-los.

Essa diversidade, por si só, não me parece um problema. O que tem me inquietado é perceber que determinadas divergências ultrapassam o campo das escolhas eleitorais e alcançam questões que dizem respeito à própria possibilidade de existência de nossas comunidades. Como compreender, por exemplo, que uma pessoa encontre acolhimento, proteção espiritual e pertencimento em um terreiro e, ao mesmo tempo, se identifique com discursos políticos que desqualificam as religiões de matriz africana ou relativizam as violências dirigidas contra elas? O que acontece com os vínculos comunitários quando essas contradições começam a aparecer nas conversas, nas decisões coletivas ou nos silêncios que se estabelecem para evitar conflitos?

Não tenho a pretensão de responder a essas questões de maneira definitiva. Há uma complexidade na experiência humana que não pode ser reduzida à identificação com determinado partido, candidato ou campo ideológico. Entretanto, também me parece insuficiente tratar essas situações como simples diferenças de opinião, especialmente quando estão envolvidos direitos historicamente negados a determinados grupos sociais.

A polarização como experiência vivida

Uma das contribuições que encontro na fenomenologia crítica para pensar essa questão está na possibilidade de compreender a experiência humana considerando as condições históricas, sociais e políticas nas quais ela acontece. Nossas formas de perceber o mundo, de atribuir sentido às experiências e de nos relacionarmos com outras pessoas não se constituem independentemente das relações sociais. Isso não significa negar a singularidade da experiência, mas reconhecer que ela acontece em um mundo

organizado por determinadas relações de poder, valores, instituições e possibilidades desiguais de participação.

Frantz Fanon, em *Pele negra, máscaras brancas*, desenvolve uma reflexão importante ao examinar como o racismo atravessa a experiência vivida da pessoa negra. Sua análise nos permite compreender que as relações de dominação não operam somente por meio de proibições explícitas ou agressões físicas. Elas também participam da constituição dos modos como as pessoas percebem a si mesmas, reconhecem os outros e encontram, ou deixam de encontrar, possibilidades de existir socialmente. A experiência do corpo negro em uma sociedade racializada evidencia que não podemos compreender inteiramente a existência humana desconsiderando as condições históricas que organizam o reconhecimento e a desumanização.

Essa reflexão oferece um caminho para examinarmos a polarização nos terreiros. Quando uma pessoa manifesta determinada posição política, não estamos diante de uma opinião que surgiu isoladamente em sua consciência. Há uma história de relações, experiências, medos, expectativas e identificações que participa da constituição daquela posição. Alguém pode apoiar determinado candidato por acreditar em suas propostas econômicas, por identificar nele valores familiares, por rejeitar experiências anteriores de governo ou por compartilhar discursos sobre segurança e ordem social. Essas motivações podem coexistir de maneira contraditória, sem que a própria pessoa tenha necessariamente elaborado as implicações de suas escolhas.

Reconhecer isso é importante para não transformarmos a análise política em uma classificação moral apressada das pessoas. Mas compreender as condições que participam da formação de uma posição não equivale a justificar suas consequências. É possível reconhecer a complexidade de uma experiência e, ao mesmo tempo, questionar os discursos, as práticas e os projetos políticos aos quais ela se vincula.

O terreiro e as contradições da vida comunitária

Quando falamos do terreiro como território de resistência, frequentemente recorremos à história de perseguição às religiões afro-brasileiras e à importância dessas comunidades para a preservação de conhecimentos ancestrais. Essa dimensão é fundamental, mas precisamos avançar na compreensão do que significa, concretamente, viver em comunidade.

A vida de terreiro é constituída por relações que ultrapassam os momentos rituais. Envolve o preparo dos alimentos, a organização dos espaços, o cuidado com as pessoas adoecidas, a transmissão dos conhecimentos, a partilha de responsabilidades e a aprendizagem de modos particulares de convivência. Há uma dimensão educativa nessas experiências que nem sempre reconhecemos, porque estamos acostumados a associar a formação humana às instituições escolares. No terreiro, aprendemos pela observação, pela participação, pela oralidade e pela responsabilidade assumida diante dos outros. Aprendemos com os mais velhos, mas também com situações que exigem paciência, escuta, negociação e revisão de nossas próprias atitudes.

Essas experiências não acontecem em uma comunidade abstrata. As pessoas chegam ao terreiro trazendo as marcas de suas trajetórias, suas concepções sobre autoridade, suas experiências familiares, suas condições de trabalho e as maneiras pelas quais aprenderam a lidar com diferenças e conflitos. O pertencimento religioso não apaga essas histórias. Por isso, as contradições presentes na sociedade brasileira também se manifestam dentro de nossas comunidades.

Precisamos reconhecer, inclusive, que nem sempre nossas práticas correspondem aos princípios que afirmamos defender. Podemos falar sobre ancestralidade e desconsiderar a palavra dos mais velhos quando ela contraria nossos interesses. Podemos defender o acolhimento e reproduzir julgamentos sobre a sexualidade, a identidade de gênero ou as condições sociais de alguém. Podemos valorizar a comunidade e organizar relações nas quais a autoridade se confunde com o exercício arbitrário do poder.

Existe uma tendência de apresentar os terreiros como espaços naturalmente solidários, horizontais e acolhedores. Embora essas características possam estar presentes em muitas experiências, não são garantidas pela tradição religiosa. A ancestralidade não nos torna imunes às contradições históricas, nem transforma automaticamente nossas relações em experiências de liberdade. É justamente por reconhecer a importância dos terreiros que considero necessário examinarmos criticamente nossas

práticas. Afinal, aquilo que transmitimos às próximas gerações não se limita aos conhecimentos rituais. Transmitimos também maneiras de exercer a autoridade, de lidar com o sofrimento, de resolver conflitos e de reconhecer a humanidade das pessoas que compartilham conosco a vida comunitária.

O pertencimento e os limites da convivência política

Uma questão delicada surge quando pensamos sobre os limites da convivência com posições políticas que entram em conflito com a história e os direitos das comunidades de matriz africana.

Não considero adequado exigir que todas as pessoas de um terreiro compartilhem a mesma orientação partidária. Essa exigência desconsideraria a pluralidade de experiências presentes na comunidade e poderia transformar a autoridade religiosa em instrumento de controle político. Também seria problemático utilizar a relação espiritual ou a posição hierárquica para constranger alguém a apoiar determinado candidato. A liberdade de consciência precisa ser respeitada, inclusive quando as escolhas realizadas nos causam desconforto.

Entretanto, essa liberdade não impede que discutamos as consequências sociais e políticas das posições assumidas. Há uma diferença entre discordar sobre a condução da economia, a organização do Estado ou determinadas políticas públicas e defender medidas que restrinjam a liberdade religiosa, legitimem a discriminação ou coloquem em risco a integridade de grupos historicamente perseguidos. Mesmo nessas situações, precisamos examinar o conteúdo das propostas, evitando atribuir automaticamente a todas as pessoas de um mesmo campo político as posições de seus representantes mais extremados.

Penso na situação de alguém que participa regularmente das atividades de um terreiro, estabelece relações de afeto com sua comunidade e reconhece a importância dos orixás e das entidades em sua vida, mas manifesta apoio a lideranças políticas próximas de discursos hostis às religiões afro-brasileiras. Seria suficiente afirmar que essa pessoa está em contradição e encerrar a conversa? Ela reconhece as consequências dos discursos que apoia? Considera essas questões secundárias diante de outras preocupações? Ou estabelece uma separação entre sua experiência religiosa e suas posições políticas, como se ambas pertencessem a mundos que não se comunicam?

Essas perguntas não retiram a responsabilidade de ninguém por suas escolhas. Elas nos ajudam a compreender que a contradição precisa ser examinada. Uma intervenção limitada a acusar alguém de incoerência pode produzir constrangimento, mas dificilmente contribuirá, por si só, para que essa pessoa compreenda as relações entre sua experiência religiosa e as consequências de determinados projetos políticos.

Ao mesmo tempo, compreender não significa tolerar práticas violentas. Quando discursos discriminatórios passam a circular na comunidade, quando pessoas são humilhadas por sua identidade ou quando a convivência se torna um espaço de ameaça, a responsabilidade coletiva exige posicionamentos e limites. A proteção da dignidade humana não pode depender exclusivamente da disposição das pessoas atingidas em explicar repetidamente por que merecem respeito.

Talvez uma das tarefas mais difíceis das lideranças comunitárias esteja em sustentar essas duas responsabilidades: criar condições para o diálogo e reconhecer os momentos em que é necessário interromper práticas que produzem violência. Isso exige uma compreensão da autoridade que não se confunda com imposição de pensamento, mas que também não se esconda atrás de uma neutralidade conveniente diante da discriminação.

Pensar a convivência a partir da contracolonialidade

As reflexões de Antônio Bispo dos Santos, o Nêgo Bispo, têm me ajudado a pensar sobre essas questões a partir de outro lugar. Seu pensamento contracolonial, vinculado às experiências e aos conhecimentos das comunidades quilombolas, questiona os modos coloniais de organizar a existência, o território, as relações e a produção de conhecimento.

Em *A terra dá, a terra quer*, Bispo desenvolve noções como confluência e compartilhamento, que nos convidam a examinar possibilidades de relação não organizadas exclusivamente pela competição, pela apropriação e pela necessidade de submeter o outro. A confluência permite pensar encontros entre existências diferentes, sem pressupor que essas diferenças precisem desaparecer para que algo seja construído coletivamente.

Não seria adequado transportar essas noções diretamente para a vida dos terreiros, como se as experiências quilombolas e as tradições religiosas afro-brasileiras fossem equivalentes. Elas possuem histórias e especificidades próprias. Entretanto, o pensamento de Bispo oferece provocações importantes para refletirmos sobre os modos de convivência que temos produzido.

Uma delas diz respeito à maneira como lidamos com o poder. Fomos historicamente submetidos a estruturas coloniais que organizaram as relações a partir da hierarquização das pessoas, da imposição de conhecimentos e da desqualificação de outras formas de existência. Essas estruturas continuam atravessando instituições e relações cotidianas. Também podem ser reproduzidas por nós, inclusive quando acreditamos estar defendendo tradições que resistiram à colonização.

Contracolonizar nossas relações exige disposição para reconhecer essas permanências. Não basta afirmar a importância da ancestralidade se nossas práticas continuam sustentadas pela humilhação, pelo silenciamento ou pelo exercício arbitrário do poder. Tampouco basta defender a liberdade religiosa se não conseguimos reconhecer a legitimidade de outras formas de existência, inclusive daquelas que não compartilham nossas crenças.

Essa reflexão alcança também nossa participação na política institucional. Quando reduzimos a discussão política à defesa incondicional de uma liderança, de um partido ou de uma identidade ideológica, corremos o risco de reproduzir relações de obediência que dificultam o pensamento crítico. A identificação com um projeto político pode ser legítima, mas não deveria dispensar o exame de suas propostas, contradições e consequências.

A contracolonialidade, nesse sentido, não pode ser convertida em uma palavra utilizada para conferir legitimidade às nossas posições. Ela nos coloca diante de exigências que alcançam nossas próprias formas de organização. Há uma diferença entre preservar conhecimentos ancestrais e considerar que toda prática realizada em nome da ancestralidade está acima de qualquer questionamento.

A política que construímos no cotidiano

Tenho a impressão de que parte das discussões sobre política nos terreiros acaba concentrada na pergunta sobre qual candidato devemos apoiar. Evidentemente, as eleições importam. As decisões tomadas por governos e parlamentos afetam as condições de vida da população, a distribuição dos recursos públicos, a garantia dos direitos e a proteção das comunidades tradicionais. Seria ingênuo imaginar que podemos permanecer indiferentes a essas disputas.

Mas a experiência comunitária nos mostra que a política também acontece em outras dimensões da vida.

Quando uma comunidade se organiza para apoiar alguém que perdeu o emprego, compartilha alimentos, cria oportunidades de aprendizagem ou enfrenta coletivamente uma situação de violência, está produzindo relações com consequências políticas. O mesmo acontece quando decide quem pode participar de determinadas atividades, como serão distribuídas as responsabilidades e quais vozes serão consideradas nos processos de decisão.

Essas experiências revelam que a organização comunitária pode produzir possibilidades concretas de existência que nem sempre encontram lugar nas estruturas institucionais. Entretanto, seria equivocado imaginar que as redes de solidariedade possam substituir as responsabilidades do Estado. O cuidado comunitário não deve servir de justificativa para a ausência de políticas públicas, nem para transferir às populações historicamente vulnerabilizadas toda a responsabilidade por enfrentar as desigualdades.

Essa distinção é importante para pensarmos o papel social dos terreiros. Nossa capacidade de organização e resistência não deveria ser utilizada para naturalizar a precariedade das condições em que

muitas comunidades precisam existir. A solidariedade pode ajudar a enfrentar necessidades imediatas, mas não elimina a importância da luta por direitos, reconhecimento e participação nas decisões públicas.

Talvez seja justamente no cotidiano que a polarização política encontre um de seus maiores desafios dentro dos terreiros. Podemos defender publicamente a democracia e reproduzir práticas autoritárias em nossas comunidades. Podemos denunciar o racismo e permanecer indiferentes às experiências de discriminação que acontecem ao nosso lado. Podemos reivindicar liberdade para nossas tradições religiosas e demonstrar pouca disposição para reconhecer a liberdade de quem vive de outra maneira.

Essas contradições não são exclusivas dos terreiros. Atravessam diferentes instituições e relações sociais. Mas, se reconhecemos nossas comunidades como espaços de formação, cuidado e transmissão de conhecimentos, precisamos assumir a responsabilidade de discuti-las.

Que comunidade estamos construindo?

Ao longo desta reflexão, procurei evitar uma resposta que estabelecesse antecipadamente quais posições políticas seriam permitidas ou proibidas dentro dos terreiros. Não acredito que a vida comunitária possa ser sustentada por uma exigência de uniformidade ideológica, tampouco considero desejável que a autoridade religiosa seja utilizada para determinar a consciência política de seus integrantes.

Entretanto, também não acredito que possamos tratar todas as posições como equivalentes quando estão em questão a dignidade humana, a liberdade religiosa e os direitos de populações historicamente submetidas à violência. A convivência com a diferença exige reconhecer que os conflitos possuem naturezas distintas e que algumas práticas podem comprometer as próprias condições que tornam a vida comunitária possível.

O que me interessa é pensar sobre as possibilidades de construirmos espaços nos quais as divergências possam ser discutidas sem que as pessoas sejam imediatamente reduzidas às suas escolhas, mas também sem que a preservação dos vínculos seja utilizada para justificar o silêncio diante da discriminação.

Isso exige tempo, escuta, disposição para enfrentar conflitos e reconhecimento de que ninguém está inteiramente livre das contradições do mundo em que vive. Exige também que as lideranças estejam dispostas a examinar suas próprias práticas e a reconhecer que a autoridade, embora necessária à organização de muitas tradições religiosas, não dispensa responsabilidade ética.

A fenomenologia crítica contribui para esse exercício ao nos lembrar que a experiência humana não pode ser compreendida separadamente das condições históricas em que se constitui. O pensamento contracolonial nos provoca a reconhecer conhecimentos e formas de organização que resistiram à imposição colonial, ao mesmo tempo que nos desafia a examinar as relações de dominação que ainda podemos reproduzir.

Volto, então, à inquietação que deu origem a esta reflexão. Os terreiros nunca estiveram fora da política, porque sua própria existência foi construída em meio a disputas pelo direito de viver, preservar conhecimentos e organizar comunidades. A polarização brasileira coloca novas tensões diante dessas experiências, mas também torna visíveis contradições que já estavam presentes em nossas relações.

Talvez precisemos dedicar menos energia à tentativa de descobrir se todas as pessoas de nossas comunidades pensam como nós e mais atenção às condições que estamos produzindo para que possam existir, participar, discordar e assumir responsabilidades. Isso não elimina a necessidade de posicionamento diante das violências, nem torna secundárias as disputas políticas mais amplas. Apenas nos obriga a reconhecer que aquilo que defendemos publicamente precisa encontrar alguma correspondência nas relações que construímos.

A ancestralidade nos vincula a histórias de pessoas que, em condições profundamente adversas, encontraram maneiras de preservar e reorganizar a vida. Receber essa herança também nos coloca diante da responsabilidade de pensar sobre aquilo que estamos transmitindo.

E talvez seja essa uma das questões que mais me mobilizam neste momento: quando as próximas gerações olharem para nossas comunidades, que experiências de convivência, liberdade, autoridade e cuidado encontrarão como parte daquilo que lhes deixamos?

Referências

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

SANTOS, Antônio Bispo dos. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora/Piseagrama, 2023.